

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4
Nº DE ORDEM 1733/2006
AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO

07 AGO 2008

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO PONTO BR – NIC.br**, já qualificado por seus advogados e bastante
procuradores que a presente subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE RITO
ORDINÁRIO** em referência, movida em face de **JAN STRUIVING e OUTROS**,
vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto
segue.

Por diversas vezes, nestes autos, o NIC.br relatou a
este MM. Juiz que os réus afrontam o Poder Judiciário, uma vez que não
cumprem as ordens judiciais proferidas, em flagrante postura de desafio à Justiça.

Cumpre informar que esta conduta afrontosa ao Poder
Judiciário e de desrespeito ao autor, não ocorre somente nestes autos. Veja-se por
que.

Em meados de 2003, a EBDI - Empresa Brasileira de
Domínios, representada por seu sócio Jan Struiving (doc. 01), réu nesta ação,
ajuizou ação cautelar em face da FAPESP, sucedida pelo NIC.br, perante a 8ª
Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que recebeu o número 75/053.04.001744-
2 (doc. 02).

A referida ação visava a suspensão da remoção de domínios de titularidade da EBDI, a devolução dos domínios removidos, a habilitação de nomes suspensos, a abstenção de futuras remoções e impedimentos de novos registros, bem como a condenação da FAPESP no pagamento de indenizações e honorários advocatícios.

Necessário elucidar que, na época em que a aludida ação fora ajuizada, a FAPESP era o órgão responsável pelas atividades de registro de nomes de domínio sob o "br". O NIC.br passou a ser o órgão executor e responsável por essas atividades somente a partir de 05 de dezembro de 2005, com a edição da Resolução nº 001/2005, emanada do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br.

Essa ação foi julgada improcedente, nos seguintes termos (doc. 03):

"A requerente não comprovou que não detém condições de arcar com o pagamento exigido, e o pagamento não afasta o direito de ver a questão apreciada pelo Poder Judiciário, pois estará sujeita apenas a eventual prejuízo material, que poderá ser recomposto.

Ante o exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a ação cautelar que EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS NA INTERNET LTDA. move contra a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP. Em consequência, arcará a autora com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil."

Em decorrência da condenação da EBDI - Empresa Brasileira de Domínios nas verbas de sucumbência, iniciou-se a fase executória.

Intimada para pagar o valor devido ou nomear bens à penhora, a executada EBDI ficou-se inerte. Assim, o Douto Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, determinou a expedição de mandado de penhora e avaliação.

Foi, então que o Sr. Jan Struiving, réu nesta ação e sócio gerente da EBDI- Empresa Brasileira de Domínios, ofereceu os seguintes domínios à penhora:

1- *monopoliodedomínios.com.br*

2- *cgiembolsa350milhoes.com.br*

3- *notoriorussobarbudo.com.br*

Além de comprovar a autoria das difamações relatadas nesta ação, isso demonstra a constante postura do réu Jan Struiving em debochar e tentar denegrir a imagem do NIC.br, de sua diretoria e do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, inclusive através do Poder Judiciário.

Diante desse novo documento, o qual também comprova a autoria das difamações narradas na exordial, o NIC.br requer, com fulcro no artigo 397, do Código de Processo Civil, a sua juntada e, ainda, a intimação das partes para se manifestarem a respeito desses documentos, conforme dispõe o artigo 398, do Código de Processo Civil.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 28 de julho de 2008.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545



KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS LTDA EPP

CNPJ 04.143.956/0001-01

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



JAN STRUIVING, holandês, com visto de permanência, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade, RG W 024.569-Q, CPF 201.978.619-20, residente e domiciliado em São José dos Pinhais, Paraná, na Rua Agudos do Sul n.º 683, Conjunto Júpiter, CEP 83 045-040; e ANDRÉ AFONSO RESENDE LIMA, brasileiro, solteiro, maior, analista de sistemas, portador da Carteira de Identidade Civil RG 14.763.069-1/SP, CPF 163.032.598-80, residente e domiciliado em São Paulo, São Paulo, na Rua Tucumã n.º 141, apto 104, Jardim Paulista, CEP 01455-010, sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, que gira sob a Denominação Social de EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS LTDA, com sede e foro em Curitiba, Paraná, na Avenida Presidente Getúlio Vargas n.º 1826, Água Verde, CEP 80 250-180, consoante Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o N.º 41 2 0444435-1, em 31/10/2000, resolvem alterar seu Contrato Social e posteriores Alterações de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ingressa na sociedade JORGE ASSIS MODESTO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Mateus Leme, 6.386, sobrado 02, São Lourenço, CEP 82.130-000, portador da carteira de identidade RG nº 1.614.738-9 SSP/PR e CPF 274.212.879-49.

Parágrafo Primeiro – O sócio ingressante declara conhecer a situação econômica e financeira da Sociedade, isto é, seu Ativo e Passivo.

Parágrafo Segundo – O sócio ingressante declara também que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA SEGUNDA: ANDRÉ AFONSO RESENDE LIMA, que possui na sociedade 300 (trezentas) quotas no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais), cede-as e transfere-as ao sócio JORGE ASSIS MODESTO PEREIRA DA SILVA pelo valor nominal, isto é, por R\$ 300,00 (trezentos reais), pagas em dinheiro nacional neste ato.

Parágrafo Único – Tendo vendido a totalidade de suas quotas, ANDRÉ AFONSO RESENDE LIMA, retira-se da Sociedade dando plena, geral e rasa quitação de seus haveres, nada mais tendo a reclamar no presente ou no futuro.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social que é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), dividido em 3.000 (três mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, em virtude da alteração ocorrida, ficou assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
JAN STRUIVING	2.700	R\$ 2.700,00
JORGE ASSIS MODESTO PEREIRA DA SILVA	300	R\$ 300,00
TOTAL	3.000	R\$ 3.000,00

CLAUSULA QUARTA: A redação da Primeira Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 28/05/2001, fica alterada no seguinte tópico:

A mesma foi registrada com o CNPJ nº 04.143.953/0001-01, fica retificado para CNPJ nº 04.143.956/0001-01.

CNPJ 04.143.956/0001-01

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA QUINTA: Ficam criadas mais as seguintes filiais:



- Filial nº 102: Rua Abel Sculssiato nº 590, Vila Guaíra, 80.630-020, Curitiba, PR;
Filial nº 103: Rua Abel da Silva Almeida nº 113, Vila Isabel, 80.320-350, Curitiba, PR;
Filial nº 104: Rua Abílio Peixoto nº 630, Cabral, 80.035-260, Curitiba, PR;
Filial nº 105: Rua Adalberto Leal da Silva nº 65, Alto Boqueirão, 81.850-220, Curitiba, PR;
Filial nº 106: Rua Acácio Fernandes nº 77, Tingui, 82.600-300, Curitiba, PR;
Filial nº 107: Rua Adelino de Paula nº 316, Atuba, 82.860-360, Curitiba, PR;
Filial nº 108: Rua Adalberto Scherer nº 230, Novo Mundo, 81.030-480, Curitiba, PR;
Filial nº 109: Av. Pres. Affonso Camargo nº 328, Jardim Botânico, 80.060-090, Curitiba, PR;
Filial nº 110: Rua Padre Agostinho nº 923, Mercês, 80.430-050, Curitiba, PR;
Filial nº 111: Rua Aírton Elói Maganhotto nº 51, Umbará, 81.930-690, Curitiba, PR;
Filial nº 112: Rua Albano Reis nº 573, Ahú, 80.530-380, Curitiba, PR;
Filial nº 113: Rua Solimões nº 13, Mercês, 80.510-140, Curitiba, PR;
Filial nº 114: Rua Bernardo Pericas nº 31, Jardim Social, 82.520-420, Curitiba, PR;
Filial nº 115: Rua Betty de Souza Paula Halila nº 37, Cajuru, 82.970-070, Curitiba, PR;
Filial nº 116: Rua Blasco Ibanez nº 85, Jardim das Américas, 81.530-390, Curitiba, PR;
Filial nº 117: Rua Bom Jesus nº 111, Juveve, 80.035-010, Curitiba, PR;
Filial nº 118: Rua Boleslau Kuroski nº 187, Mossunguê, 81.200-190, Curitiba, PR;
Filial nº 119: Av. Brasília nº 4540, Novo Mundo, 81.020-010, Curitiba, PR;
Filial nº 120: Rua Caio Machado nº 83, Santa Quitéria, 80.310-430, Curitiba, PR;
Filial nº 121: Rua Cajubi nº 38, Santa Felicidade, 82.015-130, Curitiba, PR;
Filial nº 122: Rua Calixto de Jesus nº 213, Tingui, 82.620-270, Curitiba, PR;
Filial nº 123: Rua Cambé nº 510, Sítio Cercado, 81.900-480, Curitiba, PR;
Filial nº 124: Rua Camara Júnior nº 1315, Jardim das Américas, 81.540-000, Curitiba, PR;
Filial nº 125: Rua Barão dos Campos Gerais nº 219, Juvevê, 80.030-400, Curitiba, PR;
Filial nº 126: Rua Canadá nº 1115, Bacacheri, 82.510-290, Curitiba, PR;
Filial nº 127: Rua Aviador Clécero Marques nº 190, Bacacheri, 82.515-340, Curitiba, PR;
Filial nº 128: Rua David Abrão nº 179, Bigorriho, 80.710-420, Curitiba, PR;
Filial nº 129: Rua Dr. Darcy Alves de Souza nº 91, Campo Comprido, 81.210-320, Curitiba, PR;
Filial nº 130: Rua David Hume nº 302, Pilarzinho, 82.110-290, Curitiba, PR;
Filial nº 131: Rua Comendador David dos Santos Pacheco nº 53, Vista Alegre, 80.820-570, Curitiba, PR;
Filial nº 132: Rua Dinarte de Jesus nº 201, Pilarzinho, 82.110-480, Curitiba, PR;
Filial nº 133: Rua Érico José de Mio nº 41, Campina do Siqueira, 80.740-420, Curitiba, PR;
Filial nº 134: Rua Ernani Almeida de Abreu nº 257, Tatuquara, 81.480-240, Curitiba, PR;
Filial nº 135: Rua Ernesto Edmundo Weigert nº 63, Bacacheri, 82.600-380, Curitiba, PR;
Filial nº 136: Rua Padre Estanislau Cebula nº 13, Cajuru, 82.980-060, Curitiba, PR;
Filial nº 137: Av. dos Estados nº 197, Água Verde, 80.610-040, Curitiba, PR;
Filial nº 138: Rua Eros Ruppel Abdalla nº 29, Taboão, 82.130-640, Curitiba, PR;
Filial nº 139: Av. Henry Ford nº 125, Vila Lindóia, 81.010-100, Curitiba, PR;

EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS LTDA EPP**CNPJ 04.143.956/0001-01****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- Filial nº 140: Rua do Ervateiro nº 301, Guabirota, 81.520-570, Curitiba, PR;
Filial nº 141: Rua Esperandio Domingos Foggiato nº 137, Prado Velho, 80.215-650, Curitiba, PR;
Filial nº 142: Rua Ferrara nº 45, São João, 82.030-150, Curitiba, PR;
Filial nº 143: Rua Fernando de Souza Costa nº 511, Fazendinha, 81.330-170, Curitiba, PR;
Filial nº 144: Rua Filastro Nunes Pires nº 109, Santo Inácio, 82.010-300, Curitiba, PR;
Filial nº 145: Rua Frei Fidelis Vering nº 321, Barreirinha, 82.700-650, Curitiba, PR;
Filial nº 146: Rua Flávio de Azevedo Macedo nº 41, São Lourenço, 82.200-080, Curitiba, PR;
Filial nº 147: Rua Floriano Essenfelder nº 123, Alto da Glória, 80.060-270, Curitiba, PR;
Filial nº 148: Trav. Dr. Flávio Luz nº 211, Juveve, 80.030-460, Curitiba, PR;
Filial nº 149: Rua Francis Bacon nº 71, Santa Cândida, 82.720-240, Curitiba, PR;
Filial nº 150: Rua Francisco Affanio nº 29, Campina do Siqueira, 80.740-330, Curitiba, PR;
Filial nº 151: Rua Gardênio Scorzato nº 635, Vista Alegre, 82.100-240, Curitiba, PR;
Filial nº 152: Pça Garibaldi nº 26, São Francisco, 80.510-210, Curitiba, PR;
Filial nº 153: Rua Dr. Gastão Faria nº 193, Vila Fanny, 81.030-290, Curitiba, PR;
Filial nº 154: Rua Gastão Luiz Cruis nº 81, Bairro Alto, 82.840-180, Curitiba, PR;
Filial nº 155: Rua Dr. Homero Ravedutti nº 145, Atuba, 82.860-190, Curitiba, PR;
Filial nº 156: Av. Des. Hugo Simas nº 77, Bom Retiro, 80.520-250, Curitiba, PR;
Filial nº 157: Av. Iguaçu nº 671, Rebouças, 80.230-020, Curitiba, PR;
Filial nº 158: Rua Ilha de Marajó nº 330, Pinheirinho, 81.825-270, Curitiba, PR;
Filial nº 159: Rua Imbituva nº 220, Cajuru, 82.940-020, Curitiba, PR;
Filial nº 160: Rua Ingabaú nº 179, Bairro Alto, 82.840-120, Curitiba, PR;
Filial nº 161: Rua dos Ipês nº 230, Barreirinha, 82.700-380, Curitiba, PR;
Filial nº 162: Rua Irati nº 95, Santa Quitéria, 80.310-150, Curitiba, PR;
Filial nº 163: Rua Cel. Iraze Paes Brasil nº 77, Tarumã, 82.800-190, Curitiba, PR;
Filial nº 164: Rua Isaak Friezen nº 219, Xaxim, 81.830-640, Curitiba, PR;
Filial nº 165: Rua Isidoro Canestraro nº 120, Bom Retiro, 80.520-510, Curitiba, PR;
Filial nº 166: Rua Joanna Z. Kurek nº 137, São Braz, 82.310-220, Curitiba, PR;
Filial nº 167: Rua Jesuino Lopes nº 428, Seminário, 80.310-610, Curitiba, PR;
Filial nº 168: Rua João Dranka nº 181, Cristo Rei, 80.050-530, Curitiba, PR;
Filial nº 169: Rua João David Perneta nº 299, Hugo Lange, 80.040-330, Curitiba, PR;
Filial nº 170: Rua Conde de São João das Duas Barras nº 133, Hauer, 81.630-130, Curitiba, PR;
Filial nº 171: Rua Jorge Antonio Heil nº 310, Taboão, 82.130-700, Curitiba, PR; Filial nº 172: Rua Júlio Eduardo Gineste nº 273, Santa Quitéria, 80.310-410, Curitiba, PR;
Filial nº 173: Rua Lange de Morreles nº 190, Jardim Social, 82.520-530, Curitiba, PR;
Filial nº 174: Rua Ladislau Mikozy nº 17, Cajuru, 82.970-170, Curitiba, PR;
Filial nº 175: Rua Cel. Luiz José dos Santos nº 2090, Boqueirão, 81.670-400, Curitiba, PR;
Filial nº 176: Rua Luiz Gonçalves de Moura nº 75, Santo Inácio, 82.010-310, Curitiba, PR;
Filial nº 177: Rua Manoel de Oliveira Franco nº 259, Cajuru, 82.970-200, Curitiba, PR;
Filial nº 178: Rua Maria Grodz nº 91, Campina do Siqueira, 80.730-310, Curitiba, PR;
Filial nº 179: Rua Maria Julia C. da Silva nº 300, São Braz, 82.015-540, Curitiba, PR;
Filial nº 180: Rua Mateus Leme nº 529, Centro Cívico, 80.530-010, Curitiba, PR;
Filial nº 181: Avenida Munhoz da Rocha nº 237, Cabral, 80.035-000, Curitiba, PR;

EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS LTDA EPP
DO PARANÁ

4 19 779
EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS LTDA EPP

CNPJ 04.143.956/0001-01

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Filial nº 182 : Rua Montezuma nº 93, Santa Cândida, 82.630-430, Curitiba, PR;
Filial nº 183 : Rua Nelson L. D'Albuquerque nº 141, Bom Retiro, 80.520-430, Curitiba, PR;
Filial nº 184 : Rua Nelson Antonini nº 527, Capão da Imbuia, 82.810-730, Curitiba, PR;
Filial nº 185 : Rua Nilo Cairo nº 22, Centro, 80.060-050, Curitiba, PR;
Filial nº 186 : Rua Nicola Pellanda nº 83, Pinheirinho, 81.880-000, Curitiba, PR;
Filial nº 187 : Rua Eng. Niepce da Silva nº 54, Portão, 80.610-280, Curitiba, PR;
Filial nº 188 : Rua Osmar Simões nº 99, Sítio Cercado, 81.900-436, Curitiba, PR;
Filial nº 189 : Rua Osmário de Lima nº 150, Capão da Imbuia, 82.810-280, Curitiba, PR;
Filial nº 190 : Rua Chanc. Oswaldo Aranha nº 207, Hauer, 81.630-180, Curitiba, PR;
Filial nº 191 : Rua Osvaldo Cavalcanti Vida nº 159, Orleans, 82.310-240, Curitiba, PR;
Filial nº 192 : Av. Paraná nº 29, Cabral, 80.035-130, Curitiba, PR;
Filial nº 193 : Rua Pedro Manfredini nº 321, Abranches, 82.220-280, Curitiba, PR;
Filial nº 194 : Rua Prof. Plácido e Silva nº 370, Rebouças, 80.220-400, Curitiba, PR;
Filial nº 195 : Rua Piquiri nº 213, Prado Velho, 80.230-140, Curitiba, PR;
Filial nº 196 : Rua Com. Pinto Bandeira nº 51, Jardim das Américas, 81.530-350, Curitiba, PR;
Filial nº 197 : Rua Regina Schulman nº 193, Boqueirão, 81.750-350, Curitiba, PR;
Filial nº 198 : Rua Reinaldo Richter nº 103, Campo Comprido, 81.220-120, Curitiba, PR;
Filial nº 199 : Rua Rolfe Mertens nº 78, Pilarzinho, 80.520-670, Curitiba, PR;
Filial nº 200 : Rua Rodolfo Amoedo nº 271, Xaxim, 81.810-040, Curitiba, PR.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por estarem, assim, justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas de real valor, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, 28 de agosto de 2001.

JAN STRUIVING

ANDRÉ AFONSO RESENDE LIMA

JORGE ASSIS MODESTO PEREIRA DA SILVA

Testemunhas:

Jovino Folador
RG 713.304-9/PR

Evanildo Luiz Folador
RG 6.120.945-0/PR



POSTO AVANÇADO DO FÁCIL
CERTIFICADO O REGISTRO EM 27/09/2001
SERIAL NUMERO
20 0 1242549 4

Protocolo 01/242549 4

TUFIRAMI
SECRETÁRIO GERAL

ANTONIO e LOPES
ADVOCACIA

Sandro Antonio
Eltandro Lopes Souza

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DE SÃO PAULO:

CÓPIA

**EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS NA
INTERNET LTDA.**, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.143.956/001-01, com sede na
Rua Anneliese Gellert Krigsner, nº 3.305, Cep 83065-470, (doc nº 1), Bairro Afonso
Pena – São José dos Pinhais – Paraná, por seu Advogado (doc nº 2), vem,
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 796 e seguintes do
Código de Processo Civil, como **MEDIDA CAUTELAR INOMINADA COM
PEDIDO DE LIMINAR**, requerer

**SUSPENSÃO DE REMOÇÃO DE NOMES DE DOMÍNIO;
DEVOLUÇÃO DOS NOMES DE DOMÍNIO REMOVIDOS;
HABILITAÇÃO DE NOMES DE DOMÍNIO SUSPENSOS;
LIBERDADE PARA REGISTRAR NOMES DE DOMÍNIO.**

contra **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO –
“FAPESP”** -, pelos motivos a seguir articulados:

1- PRELIMINARMENTE

(i). Da Legitimidade Passiva da "FAPESP"

1- A competência para o registro de nomes de domínio (endereços eletrônicos dotados de letras e algarismos, cuja função é localizar páginas "sites" na Internet), foi atribuída ao Comitê Gestor da Internet no Brasil ("Comitê Gestor" "CG") por meio de Portaria Interministerial nº 147, de 31.5.1995, dos Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia. O Comitê Gestor, por sua vez, delegou essa função à FAPESP através da Resolução nº 2, de 15.4 de 1998 (doc. nº 3).

2- Em vista disso, sendo a FAPESP o órgão responsável também pela concessão dos registros dos nomes de domínio, gerenciamento do banco de dados, remoção e suspensão dos nomes, é indispensável que a mesma configure no pólo passivo da presente demanda. Tal fato foi expressamente reconhecido na sentença proferida pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em 14.5.2000, nos autos de ação ordinária (Processo nº 143/99), ajuizada pela TV Globo Ltda., contra a FAPESP e ML Editora de Jornais e Revistas Ltda. Nessa decisão, que tratava somente de registro indevido, a FAPESP foi condenada a decretar a nulidade do registro dos domínios www.globoesporte.com.br e www.jornalnacional.com.br, indevidamente concedidos à ML Editora de Jornais e Revistas Ltda.

3- Portanto, ainda que se admita a legitimidade de algum outro órgão para disciplinar a utilização de endereços eletrônicos no país resulta intuitivo que este órgão não pode, nas suas deliberações, violar os direitos assegurados em diplomas superiores, muito menos com ofensa à Constituição Federal.

(ii) Da Competência Territorial e Material

4- Com relação à competência territorial, cumpre esclarecer que a presente demanda está sendo ajuizada nesta Comarca de São Paulo, na medida em que, se tratando de ação fundada em direito real sobre bens móveis, ou, havendo duplicidade de Réus, com diferentes domicílios, cumpre exclusivamente à Autora escolher em qual deles a ação será proposta, conforme dispões o artigo 94, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil.

5- Desta forma, por expressa previsão legal, a Autora houve por bem escolher esta Comarca para propor a presente demanda.

(iii) Da Competência do Foro da Fazenda Pública

6- No que se refere à competência do Foro da Fazenda Pública para conhecer e julgar a presente ação, esta se justifica pelo fato de que a FAPESP é pessoa jurídica de direito público, diretamente vinculada ao Estado de São Paulo, à qual foi delegada a função de registrar nomes de domínio em todo o Brasil, conforme já mencionado.

7- O entendimento de que o Foro da Fazenda Pública é competente para conhecer e julgar ações em que figuram como parte pessoas jurídicas de direito público, é corroborado por posição uníssoma da doutrina e jurisprudência, conforme ilustra acórdão abaixo transcrito, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"As ações envolvendo entes paraestatais estaduais e municipais devem ser apreciadas pelas Varas da Fazenda Pública, enquanto as paraestatais federais terão seus feitos processados pelas Varas Cíveis,

quando as regras do CPC determinarem o foro da
Comarca da Capital (...) (RT 740/278) (sem ênfase no
original).

8- Aliás, a própria FAPESP, na cláusula X do seu
"contrato click" ou "Acordo Registro.Br" (doc. nº 4) firmado quando do registro de
nomes de domínio, elege o Foro da Fazenda Pública como competente para dirimir
quaisquer demandas judiciais dele decorrentes, a saber:

" DO FORO

*Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca de
São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas e
controvérsias ou proposição de ações ao conteúdo
deste Acordo".*

9- Ante o exposto, resta comprovado que a FAPESP é
parte legítima para atuar no pólo passivo da presente demanda, e que é competente para
conhece-la e julgá-la o Foro da Fazenda Pública desta Comarca de São Paulo, uma vez
que há discussão sobre direito real sobre bens móveis, e a FAPESP é pessoa jurídica de
direito público, diretamente vinculada ao Estado de São Paulo.

II. DOS FATOS

10- Trata-se a Requerente de conceituada empresa que
opera no ramo de publicidade e planejamento de sites na rede mundial Internet, desde seu
advento, registrando nomes de domínio para criação de provedores, além disso, para
hospedagem de anúncios de produtos, entretenimento e serviços a outras empresas, (doc.
nº5).

11- Portanto, o patrimônio ativo da Autora corresponde essencialmente aos nomes de domínio ora registrados junto ao banco de dados gerenciado pela Ré, dependendo destes para gerar receita para todas despesas.

12- Com efeito, cumpre esclarecer que a Ré exige, a título de taxa, pasme, o valor de R\$30,00 (trinta reais), para o registro e manutenção anual de cada nome de domínio, forçando a Autora ter de prestar teratológico pagamento de taxas, sem a mínima contraprestação, sequer oportunidade de acordo.

13- Para ilustrar o odioso procedimento adotado pela Ré, ocorre da seguinte forma: inicialmente ao verificar que a taxa para manutenção não foi regularizada, simplesmente a Ré remove, arbitrariamente o nome de domínio retirando a titularidade da Autora; Em seguida, a Ré suspende a titularidade dos nomes de domínio impossibilitando que a Autora possa ter liberdade de gerar receita sobre o seu próprio bem; Logo, libera os nomes de domínio a terceiros, sem a mínima responsabilidade dos danosos efeitos que causa; Por fim, mas não derradeiro, impede novos registros de nomes de domínio, conforme lista em anexo (doc nº 6).

III. DO MÉRITO

(i). Do Perecimento do Objeto

14- Oportuno se torna dizer, que a Ré opta pelo malicioso expediente, sem nenhuma motivação legal burlando o direito de titularidade da Autora, trazendo absoluto prejuízo à futura discussão jurídica da ação principal podendo, inclusive, perder seu objeto, qual seja: os nomes de domínio.

15- Contudo a Ré ao proceder desta forma, demonstra estar em pleno jejum de leitura ao não verificar que a perda de titularidade dos domínios

não está adstrita ao pagamento da taxa, (conforme inciso II, artigo 7º – Resolução 1/98 de 15.4.98 – Comitê Gestor Internet do Brasil – “CG”), todavia, e não poderia ser diferente, está submetida, em última hipótese, a uma ordem judicial (conforme inciso V, mesmo artigo da mesma Resolução), (doc nº 7).

16- Mister se faz ressaltar que o não pagamento da taxa de manutenção de registro de domínio não autoriza nenhuma medida que a Ré tomou, justamente porque por ser prestadora de serviço público. Aliás, a Ré deveria valer-se de meio jurídico e idôneo, como por exemplo, da execução fiscal, para receber tributo vencido e não pago.

17- Por igual razão, não pode e nem deve a Ré abalar a titularidade dos nomes de domínio da Autora que é contribuinte, deixando de prestar o importante serviço público de manter os nomes de domínio ativos, justamente porque serviço público tem como motivação a lei, e não o pagamento da taxa.

18- Daí, que no caso do não pagamento das taxas, proceder à remoção, suspensão ou impedimento de novos registros dos nomes de domínio, qualquer que seja a natureza do ente que presta serviço público, corresponde violação de direito básico envolvendo a proteção à propriedade industrial ou “outro signo distintivo”, prevista no artigo 5º, inciso XXIX da Constituição Federal.

19- Assim, considerar tal abuso seria tratar a relação processual e os requisitos que já foram atendidos, quando dos registros dos nomes de domínio, conforme artigo 1º da Resolução 001/98 do Comitê Gestor, como inútil inócuo.

20- Insta salientar, desde já que mesmo estando o debate *sub judice*, a Ré manda e desmanda sem respeitar o deslinde final por via de sentença, requisito indispensável para atingir os objetivos da isonomia processual causando, inclusive, insegurança ao ordenamento jurídico.

21- Desta forma, ficar silente diante da prática adotada pela Ré significa permitir que a determinada situação de perigo iminente traga vultuoso prejuízo patrimonial e moral a Autora, podendo perder todos seus nomes de domínios para terceiros e dificilmente reavê-los.

(ii). Do *Fumus Boni Jûris*

22- No presente a fumaça do bom direito, ou seja, a plausibilidade e verossimilhança encontram-se na proteção e no exercício da Autora manter-se na titularidade sobre os nomes de domínio, bem como, a devolução dos nomes de domínio removidos, e autorização de novos registros, haja vista, que na oportunidade dos respectivos registros foram preenchidos todos requisitos exigidos pela Ré, com a perspectiva de haver contra-prestação do serviço público face o valor cobrado para cada registro, o que não houve até a presente.

23- No futuro, a fumaça está na probabilidade em ser declarada a ausência de vínculo jurídico tributário, entre o serviço prestado e o valor cobrado, ou salvo melhor juízo, ser visto novo parâmetro razoável face o tipo de serviço a ser prestado.

24- Como dito, e mal nenhum há em reiterar, a Ré iniciou a remoção dos nomes de domínios sem respeitar o direito de titularidade da Autora, criando uma "auto" – tutela antecipada, ou medida equivalente, tornando-se magistrada da relação, julgando em proveito próprio, possibilidade esta expressamente rejeitada em nosso ordenamento jurídico, ficando patente o dano.

25- Vale lembrar que a presença da fumaça do bom direito não corresponde somente na possibilidade e plausibilidade que a Autora tem de ver o seu patrimônio de nomes de domínio protegidos dos procedimentos danosos que a Ré adota. Outrossim, corresponde à probabilidade de, no futuro, exercitar o direito de

titular sobre seu patrimônio desvinculado da alta prestação da taxa de registro que, além disso, não oferece nenhuma contra-prestação.

26- Obviamente, que a Autora não pretende por esta via debater a Taxa como Instituto Jurídico, bem como, a ausência dos requisitos que sustentam dentro do nosso Direito positivo. Não. Todavia, clamar pela estabilidade jurídica que só se faz pelo impedimento da remoção, suspensão e devolução dos nomes de domínio, outrossim, a autorização para novos registros.

27- Desta forma, numa análise perfunctória patente ficou o *fumus boni iuris* levando-se em consideração o direito que a Autora tem sobre o objeto da presente lide e ao bom andamento processual, devendo ser imediatamente impedido o dano.

(iii). *Do Periculum in Mora*

28- Por sua vez, fato é que a Ré não vem respeitando a relação jurídica existente postulada no contrato de registro de domínios ocasionando à Autora fundado receio de que, enquanto se aguarda a tutela definitiva, fica a assistir a perda de todo o seu patrimônio o que prejudicará a apreciação da ação principal, dado o perecimento do objeto.

29- No caso presente, considerando que a Ré já removeu e suspendeu grande parte dos nomes de domínio, e impedindo novos registros, caracterizando não só o provável dano – requisito essencial para se acautelar um direito – ocasionou o próprio dano em sua essência pelo prejuízo impactado nos negócios da Autora, que poderá ser fatalmente prejudicada pela demora de um provimento liminar.

30- Assim, o que a Autora pretende impedir é a possibilidade existente de maior dano, no que tange a remoção dos demais nomes de domínio, bem como, a habilitação dos que já foram imotivadamente suspensos,

outrossim, a devolução dos removidos ao *status quo ante*, ainda a autorização para novos registros.

31- É certo, que a insegurança ou fundado receio da Autora não está adstrito somente pelo fato da Ré considerar a relação jurídica um NADA, onde delibera o que bem entende. Pior: em sua sensatez, é o temor de ser ainda mais prejudicada pelo perecimento do objeto e prejuízo de seu patrimônio degradando o debate em torno da ação principal.

32- Portanto, o perigo da demora da prestação judicial, para se evitar maior dano, não está ligado somente ao lapso temporal, mas, sim a uma situação mais periclitante, face o expediente malicioso que a Ré adotou.

33- Destarte, notório ficou que a Autora não poderá aguardar o procedimento normal do processo, tendo em vista, que a principal a ser proposta não poderá ter mais o resultado útil desejado, podendo a lesão ser grave a ponto de ser difícil ou, muito provável, irreparável, haja vista, que a Ré poderá repassar os nomes de domínio a terceiros.

(iv). *Da Ausência do Periculum in Inverso*

34- *Prima facie*, cabe informar que a Ré detém absoluto controle sobre os nomes de domínios inseridos no banco de dados por ela gerenciados, estando distante de qualquer prejuízo ou receio de dano.

35- Deste modo, para maior compreensão a Ré permanece numa "titularidade indireta", sobre os nomes de domínio. Por isso procede da forma que bem entende criando para tanto, alguns status, como por exemplo: "suspensos", quando observado algum interesse sobre o nome de domínio ou, "sob ordem judicial", bem como "reservados", sem a mínima justificativa administrativa.

36- Acentue-se mais, a Ré exerce total acompanhamento dos pagamentos das respectivas taxas, portanto, nenhum nome de domínio fica fora do monitoramento.

37- Seguindo este raciocínio, comparando-se a proporcionalidade do nefasto e violento prejuízo já suportado pela Autora, não há falar-se em perigo de dano à Ré, caso seja provida a presente medida cautelar.

(v). Do Poder de Cautela do Juiz

38- O Código de Processo Civil, ao estabelecer o procedimento cautelar, outorgou ao juiz o poder geral de cautela para agir de plano na outorga da prestação jurisdicional protetiva e de imediato, sempre que visualizar uma situação de risco, a qual não protegida de plano, acarretará prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação, caso se aguarde o transcorrer do processo de conhecimento para, então, decidir. Por isso, o velho brocardo, sempre presente em sede de Medida Cautelar é de que *"o direito tardio apreciado, constitui a inexistência da realização de Justiça"*.

39- Esse poder de cautela, através de provimento liminar, vem de encontro a garantir a eficácia da decisão judicial final, impedindo que o decurso do tempo venha a frustrar as consequências práticas, concretas, que se esperam da tutela Jurisdicional, vista como um todo, para se assegurar à parte a possibilidade de se furtar às consequências danosas ao seu direito que a demora natural dos feitos na Justiça pode ocasionar, e tem o objetivo de garantir a eficácia mais perfeita e completa possível da tutela jurisdicional e, nesse aspecto, o processo cautelar tem a sua total independência.

40- E para que o juiz conceda a cautela não há necessidade de aprofundamento da questão *sub judice*, uma vez que, o processo cautelar tem como características a dependência, instrumentalidade, acessoriedade,

provisoriamente, não podendo, jamais, gerar providências definitivas e irreversíveis no plano do direito material.

(vi). Do Princípio da Fungibilidade das Cautelares

41- Salvo melhor juízo, não sendo o caso de se conceder uma determinada espécie de medida cautelar, pode Vossa Excelência aplicar o princípio supra referido e adaptar o pedido, concedendo a medida que julgar conveniente para o caso.

42- Deve ser considerado ainda, que a simples previsão na lei de medida cautelar específica não implica a negação do poder de cautela do juiz, previsto no artigo 798 do Código de Processo Civil.

43- É o que se espera de Vossa Excelência, se entender que outra medida seja conveniente, para atender o pedido cautelar contido nesta ação para impedir perecimento do direito da Autora.

44- Entretanto, sempre com a devida vênia, entende-se que a presente cautelar inominada, apresenta-se hábil para determinar seja impedida esta situação sobre a Autora, a qual vem suportando vultuoso prejuízo moral e material.

IV. DA AÇÃO PRINCIPAL

45- No prazo legal, conforme disposto no artigo 806 do Código de Processo Civil, será intentada ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária, justamente porque será arduamente debatido e por fim provado que a Ré não preenche os requisitos do artigo 79 do Código Tributário Nacional, bem como, do artigo 145, inciso II da Constituição Federal para requerer a prestação da taxa.

V. DAS PROVAS

46- A Autora protesta por provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, observando que a solenidade e o ritualismo complicado, próprio do procedimento probatório, aqui terá de ceder caminho para a agilidade efetiva deste procedimento, pois sua excepcionalidade demanda padrões diferentes da ordinariade, precisamente por não tolerar a demora na aquisição do material de convencimento judicial.

VI. DO PEDIDO

(i). Da Urgência do Deferimento da Liminar

Considerando-se que:

- a) a via processual eleita é perfeitamente adequada à concessão da liminar inominada pleiteada para se reparar o dano e o receio de mais dano, acautelando desta forma, o objeto da lide, que são os nomes de domínio, outrossim, de ser preservado o direito de titularidade gerando liberdade para a Autora em obter receita e pagar suas contas;
- b) o expediente adotado pela Ré é abusivo e arbitrário, porquanto adotou a via equivocada para receber a prestação das taxas, visando constrenger a Autora ao impossibilitando possa exercer com liberdade e amplitude seu direito de titularidade sobre os nomes de domínio;
- c) os nomes de domínio não pode ser removidos ou suspensos (e os que foram devem ser devolvidos e liberados), enquanto discutido amplamente o mérito em sede da ação principal que será proposta;

d) está patente a perniciososa repercussão alvitrada na atividade econômica da Autora, pois não consegue liberar os nomes de domínio para poder geri-los sendo que, inclusive aqueles que estavam sendo negociados, foram removidos ou suspensos.

A par dos pressupostos genéricos, assim considerados:

a) o *fumus boni iuris*, consubstanciado na plausibilidade e verossimilhança de que a Autora deve permanecer na titularidade dos nomes de domínio, bem como, da probabilidade de registrar novos nomes de domínio, outrossim, debater a taxa em sede de ação declaratória de ausência de vínculo jurídico tributário

b) o *periculum in mora*, decorrente do fundado receio e temor de dano que se encontra a Autora, em vista de continuar a remoção e as suspensões dos nomes de domínio, podendo vir a ser transferidos a terceiros, outrossim, não ser devolvidos os nomes de domínios já removidos causando vultuoso dano;

c) ausência do *periculum in mora inverso*, face do total controle e gerenciamento que a Ré exerce sobre o banco de dados onde estão inseridos os nomes de domínio da Autora, não havendo falar-se em prejuízo no caso de concessão da liminar.

Desta forma, a presente cautelar deverá ser concedida liminarmente, *inaudita altera pars*, face o caráter de urgência que ela enseja, para evitar seja ainda maior os prejuízos diante do grave estado de perecimento do objeto e por estar presente os requisitos do artigo 804 do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência, a citação da Ré para, no prazo comum legal, responder nos termos da presente, na qual se pede a efetiva e tempestiva **CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR** apontada, tendo em vista, os motivos imperiosos que a justificam, bem como seja oficiada a Ré para que se proceda a devolução dos nomes de domínios removidos, a habilitação dos nomes suspensos, outrossim, a abstenção de futuras remoções e impedimentos de novos

793
m

ANTONIO e. LOPES
ADVOCACIA

Sandro Antonio
Eliandro Lopes Sousa

registros, sob pena de fixação de astreintes correspondentes a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cada nome de domínio, removido, suspenso, não devolvido, reservados, ou impedidos de registros, tendo em vista, que desta cominação não se exonera o poder público administrativo, devendo dar exemplo, cumprindo, nos prazos fixados, as determinações do Judiciário.

Dá-se a presente causa o valor de R\$1.000,00 (mil reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 10 de Outubro de 2003.


SANDRO ANTONIO
OAB-SP Nº 216.773



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO
8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

DOC Nº.: 03

794
n

Processo nº 75/053.04.001744-6

Visto.

EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS NA INTERNET LTDA., qualificada nos autos, moveu medida cautelar inominada contra a **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP** objetivando a concessão de liminar “para que se proceda a devolução dos nomes de domínios removidos, a habilitação dos nomes suspensos, outrossim, a abstenção de futuras remoções e impedimentos de novos registros, sob pena de fixação de astreintes correspondentes a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cada nome de domínio, removido, suspenso, não devolvido, reservados, ou impedidos de registro, tendo em vista, que desta cominação não se exonera o poder público administrativo, devendo dar exemplo, cumprindo, nos prazos fixados, as determinações do Judiciário”. Sustenta, para tanto, que o expediente adotado pela ré é abusivo e arbitrário, porquanto adotou a via equivocada para receber a prestação de taxas, visando constranger a autora ao impossibilitá-la de





395
A211

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO
8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

discutido amplamente o mérito em sede de ação principal que será proposta.

A liminar foi indeferida.

Citada, a requerida contestou a ação alegando, em preliminar, carência da ação. No mérito sustentou a legalidade da exigência ora combatida, bem como dos procedimentos adotados, que foram feitos nos termos da legislação em vigor. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica.

É o relatório.

DECIDO.

Não colhe a alegação de intempestividade da contestação uma vez que o mandado de citação foi juntado em 21 de maio de 2004, termo inicial do prazo para contestar, e a contestação protocolada em 31 de maio de 2004.

As preliminares suscitadas pela requerida confundem-se com o mérito, e com ele serão analisadas.





796
127
Q

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO
8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

o direito e eliminado o litígio, tanto que o artigo 809 do Código de Processo Civil prevê que os autos do procedimento cautelar serão apensados aos do processo principal.

Tem como finalidade outorgar situação provisória de segurança para os interesses dos litigantes, ou seja, assegurar que o processo principal possa conseguir resultado útil. É o meio jurídico colocado à disposição da parte para que ela possa se defender de mudança na situação fática ou jurídica que poderia inutilizar o resultado do processo principal, caso lhe venha a ser favorável.

Ronaldo Cunha Campos anota que “a função cautelar tem por escopo servir o interesse público na defesa do “instrumento” criado pelo Estado para compor lides, isto é, a defesa do processo” (*In Revista Brasileira de Direito Processual*, v. IV, p. 184). As medidas cautelares não têm um fim em si mesmas, já que toda sua eficácia opera em relação a outras providências que hão de advir em outro processo. A medida cautelar é característica por sua provisoriedade, pois tem duração temporal limitada àquele período de tempo que deverá transcorrer entre sua decretação e a superveniência do provimento principal definitivo.

Cabe, então, ao demandante da ação comprovar o “periculum in mora” demonstrando que o perigo que justifica a demanda seja fundado, relacionado a um dano próximo, grave e de difícil reparação. (artigo 798 do Código de Processo Civil).





797
12
13
D

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO
8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

O autor alega que *“pretende impedir a possibilidade existente de maior dano, no que tange a remoção dos demais nomes de domínio, bem como, a habilitação dos que já foram imotivadamente suspensos, outrossim, a devolução dos removidos status quo ante, ainda a autorização para novos registros”*.

Ora, conforme narrado na petição inicial, a ré exige, a título de taxa, o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), para o registro e manutenção anual de cada nome de domínio, forçando a autora ao pagamento, sem a mínima contraprestação. E caso o pagamento não ocorra, *“a ré remove, arbitrariamente o nome de domínio retirando a titularidade da Autora; Em seguida a ré suspende a titularidade dos nomes de domínio impossibilitando que a autora possa ter liberdade de gerar receita sobre o seu próprio bem; Logo, libera os nomes de domínio a terceiros, sem a mínima responsabilidade dos danosos efeitos que causa; Por fim, mas não derradeiro, impede novos registros de nomes de domínio”*.

Ora, somente esses fatos, não caracterizam o *periculum in mora*.

A requerente não comprovou que não detém condições de arcar com o pagamento exigido, e o pagamento não afasta o direito de ver a questão apreciada pelo Poder Judiciário, pois estará sujeita apenas a eventual prejuízo material, que poderá ser recomposto.






PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO
8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Ante o exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação cautelar que **EMPRESA BRASILEIRA DE DOMÍNIOS NA INTERNET LTDA** move contra a **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP**. Em consequência, arcará a autora com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil.

P. R. I.

São Paulo, 11 de agosto de 2004.


CYNTHIA THOMÉ
Juíza de Direito

